



## HISTÓRIA DA MULHER NO ENSINO SUPERIOR E SUAS CONDIÇÕES ATUAIS DE ACESSO E PERMANÊNCIA

Ana Cristina Furtado Pereira<sup>1</sup> - Unespar – Paranavaí  
Neide de Almeida Lança Galvão Favaro<sup>2</sup> - Unespar – Paranavaí

Eixo – História da Educação  
Agência Financiadora: Fundação Araucária

### Resumo:

Esta pesquisa tem como objetivo investigar o percurso histórico das mulheres em relação ao acesso no ensino superior e analisar as condições de sua presença atual neste nível de ensino. Assenta-se em um estudo bibliográfico inicial, de caráter qualitativo, para verificar as mudanças que ocorreram na história do Brasil em relação às condições de escolarização feminina, especificamente no que se refere ao ensino superior. A seguir apresenta um estudo de caso realizado na Universidade Estadual do Paraná – Unespar, no *campus* de Paranavaí, que analisou as condições atuais de acesso e permanência das mulheres e dos estudantes nesta universidade. Pautou-se nos pressupostos do materialismo histórico ao investigar os determinantes materiais dos processos analisados na história e na realidade educacional atual da mulher. Foi possível constatar que o acesso feminino ao ensino superior é recente, datando da década de 1960 o seu efetivo ingresso, mas que hoje ela predomina nesse nível de ensino de uma forma geral. No estudo de caso, por sua vez, verificou-se a presença maciça de estudantes da classe trabalhadora e de baixa renda, sendo a maioria do sexo feminino, tanto nas licenciaturas quanto nos bacharelados. Além disso, as escolhas profissionais das mulheres recaíram prioritariamente nos cursos tradicionalmente considerados femininos, havendo uma desistência equivalente à masculina. As condições socioeconômicas, a escolarização anterior dos estudantes e a inserção das mulheres em determinados cursos são outras variantes aqui discutidas. Considera-se que tal análise auxilia na compreensão dos fatores econômicos e culturais que interferem na situação educacional e profissional da mulher brasileira, consistindo em uma importante ferramenta teórica para subsidiar suas lutas.

**Palavras-chave:** História da educação. Mulher. Ensino superior. Acesso e permanência.

<sup>1</sup> Pesquisadora de Iniciação Científica, bolsista da Fundação Araucária, Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná – Unespar, *Campus* Paranavaí. E-mail: anacristinafurtado0304@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação: Trabalho e Educação pela UFSC. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Paraná – Unespar, *Campus* de Paranavaí. Coordenadora do GEPTESC (Unespar) e integrante do GECATE (UFSC). E-mail: neidegafa@hotmail.com.

## Introdução

Pesquisas recentes indicam que as mulheres tem sido maioria em todos os níveis de ensino no Brasil, inclusive o superior. De acordo com os dados do Plano Nacional de Qualificação, do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, as mulheres lideram a presença em escolas, universidades e cursos de qualificação. Apesar de revelar um avanço significativo no âmbito de sua escolarização, o mesmo estudo comprova que as mulheres ainda estão sujeitas a uma menor remuneração em relação aos homens, mesmo que desempenhem uma atividade idêntica a eles (BRASIL, 2016, p. 1).

O que se infere a partir desta pesquisa, no entanto, é que o grau de escolaridade da mulher não tem assegurado que ela tenha o mesmo reconhecimento profissional que o dos homens. Segundo Rosane da Silva, coordenadora do Núcleo de Gênero do MTPS, os “estudos apontam que as mulheres têm mais escolaridade que os homens, mas isso não tem sido determinante para que ela possa entrar em setores mais qualificados e, mesmo ela estando nesses setores, ela recebe menos e não é valorizado o seu grau de instrução” (BRASIL, 2016, p. 1).

Apesar dessa condição desfavorável para a mulher, constata-se que no âmbito da sua escolarização e de sua inserção no mercado de trabalho houve alterações substantivas no decorrer dos últimos anos. Nos limites desta pesquisa procurou-se identificar historicamente suas condições de escolarização e a sua situação atual em relação ao acesso e permanência no ensino superior no Brasil. Estabeleceu-se para isto um recorte, a partir de um estudo de caso, que analisou a presença e a permanência da mulher nos cursos superiores da Universidade Estadual do Paraná – Unespar, no *Campus* de Paranavaí. A prioridade da análise recaiu sobre os Cursos de Licenciatura.

O referencial que orientou tal investigação foi o materialismo histórico, por conceber-se a necessidade de analisar os dados obtidos a partir de sua identificação com as transformações econômicas e sociais de cada conjuntura, a fim de obter uma compreensão aprofundada de seus determinantes. Foi realizado um estudo bibliográfico inicial para resgatar as condições de acesso da mulher ao ensino no Brasil e em seguida foram interpretados os dados primários obtidos junto à Diretoria de Registros Acadêmicos da Unespar, a fim de identificar a situação atual de acesso e permanência da mulher no ensino superior. A análise de tais dados fornece elementos importantes para contribuir na compreensão dos determinantes da inserção

atual da mulher no ensino superior e de suas escolhas profissionais, contribuindo para auxiliar nas lutas femininas no âmbito da educação e do trabalho.

Com base nos dados obtidos, apresenta-se inicialmente o percurso histórico da mulher neste nível de ensino, suas dificuldades e conquistas. A seguir são analisados os resultados empíricos fornecidos pela Unespar, especificamente os referentes ao *Campus* de Paranavaí, que abordam a inserção e a permanência da mulher na graduação, o seu perfil socioeconômico, os cursos mais escolhidos nessa instituição universitária pública, além de outros dados que auxiliam na configuração do perfil de seus estudantes.

### **1. Acesso das Mulheres no Ensino Superior no Brasil: análise histórica**

A análise do percurso histórico das mulheres brasileiras no ensino revela que as mulheres enfrentaram diversas dificuldades para obterem o direito ao ensino, pois durante muito tempo a educação da maioria delas foi destinada apenas para o mundo privado. Atualmente, porém, constata-se que as mulheres ultrapassaram os homens no cenário educacional brasileiro em todos os níveis, na busca de garantias para que um dia possam ocupar um lugar de igualdade junto aos homens perante a sociedade, principalmente, no que se refere a sua atuação profissional. Neste sentido é importante analisar historicamente a condição feminina em nossa sociedade ao longo do tempo, a fim de possibilitar a compreensão dos fatores que contribuíram para que as mulheres pudessem ter direito de acesso ao ensino no Brasil, principalmente no que se refere a sua inserção no ensino superior.

No período colonial no Brasil, as mulheres passaram a ter direito à instrução escolar tardiamente. A educação feminina restringia-se então somente a aprender os trabalhos domésticos e maternais, para ser uma boa esposa e mãe. Segundo Aragão e Kreutz (2010, p. 109), “desde o período colonial, a educação feminina era restrita ao lar e para o lar, ou seja, aprendiam atividades que possibilitassem o bom governo da casa e dos filhos”.

Isto porque, de acordo com a cultura disseminada na época, não havia necessidade de educação escolarizada. “A tradição ibérica, transposta de Portugal para a colônia brasileira, considerava a mulher um ser inferior, que não tinha necessidade de aprender a ler e escrever” (RIBEIRO, 2000, p. 79).

Também na Europa a mulher ocupava em geral um lugar inferior na hierarquia social, estando suas funções moralmente associadas aos cuidados com o lar, o marido e os filhos. No decorrer do séc. XIX, por exemplo, é possível identificar na ideologia positivista um reforço

desta construção cultural em relação à figura social da mulher e às funções especificamente femininas:

Toda mulher deve, pois, ser cuidadosamente preservada do trabalho exterior, a fim de poder preencher dignamente sua santa missão. Voluntariamente encerrada no santuário doméstico, a mulher aí promove livremente o aperfeiçoamento moral de seu esposo e de seus filhos, cujas justas homenagens ela aí dignamente recebe (COMTE, 2000, p. 278).

A mulher era considerada como o “sexo frágil” e foi designada para o mundo privado, ou seja, dedicada aos cuidados domésticos e maternais. Com base em uma suposta “natureza delicada e sensível”, foi colocada a uma posição culturalmente inferior. O homem, pelo contrário, possuía qualidades consideradas superiores. De acordo com Silva (2002, p. 12), a eles estava destinado, nessa visão, “o mundo público, onde as qualidades dominantes são a força, a inteligência operacional, a capacidade de decisão, o ‘pulso firme’ e a contenção de sentimentos”.

Nesse sentido, é oportuno lembrar que durante “a maior parte da história brasileira existiu uma divisão sexual do trabalho que, de modo geral, impunha às mulheres as atividades domésticas e de reprodução (privadas), e aos homens as atividades extradomésticas e produtivas (públicas)” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 131).

Tal tradição cultural manteve-se por um extenso período na história do país, reforçada pela influência religiosa. Isto porque a “obra educativa da Companhia de Jesus contribuiu significativamente para o fortalecimento da predominância masculina, sendo que os padres jesuítas tinham apego às formas dogmáticas de pensamento e pregavam a autoridade máxima da Igreja e do Estado” (RIBEIRO, 2000, p. 79).

Foi com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil e com a Independência, em 1822, que seus dirigentes manifestaram pela primeira vez a preocupação com a educação feminina. Estabeleceram que o ensino primário devesse ser responsabilidade do Estado e ofertado também às meninas, cujas classes deveriam ser regidas por professoras. “Porém, devido à falta de professoras qualificadas e sem conseguir despertar maior interesse dos pais, o ensino não chegou a abranger uma percentagem significativa de alunas” (UNICEF, 1982 apud BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128).

A análise da questão fundada apenas nos aspectos culturais e ideológicos, entretanto, é insuficiente para a apreensão dos fatores determinantes de tais relações. A organização social a partir de suas relações de produção da vida é um elemento fundamental a ser considerado nesta

discussão. As relações de trabalho escravistas e a economia agroexportadora que perduravam no país contribuíam para o reforço das relações patriarcais. Tal fator auxilia também no entendimento do caráter restrito e elitista do ensino que perdurava no país.

De acordo com Beltrão e Alves (2009, p. 127), a “economia colonial brasileira, fundada na grande propriedade rural e na mão-de-obra escrava, deu pouca atenção ao ensino formal para os homens e nenhuma para as mulheres”.

A educação da maioria das mulheres no período Imperial continuou, portanto, em uma situação difícil, havendo poucos avanços em sua escolarização. Segundo Aranha (2006, p. 229), em “algumas famílias mais abastadas, às vezes elas recebiam noções de leitura, mas se dedicavam sobretudo às prendas domésticas, à aprendizagem de boas maneiras e à formação moral e religiosa”. O objetivo principal ainda era prepará-las para o casamento.

Pode-se afirmar que no decorrer do século XIX houve poucas mudanças em relação à educação feminina, em decorrência das condições econômicas, políticas e culturais brasileiras. Criaram-se as primeiras instituições destinadas a educar as mulheres, embora com currículos diferenciados. As escolas normais foram o principal *lócus* de formação profissional feminina, mas eram poucas e com matrículas numericamente insignificantes:

Ao sexo feminino cabia, em geral, a educação primária, com forte conteúdo moral e social, dirigido ao fortalecimento do papel da mulher como mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério, isto é, à formação de professoras para os cursos primários. As mulheres continuaram excluídas dos graus mais elevados de instrução durante o século XIX (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128).

No final deste século, conforme Aranha (2006, p. 229), “a criação da seção feminina na Escola Normal da Província, em 1875”, abriu a possibilidade das moças se profissionalizarem “na carreira do magistério”. Esta foi nesse período, portanto, uma das possíveis profissões destinada à mulher e aceita pela sociedade. Já o acesso ao ensino superior continuava sendo vetado às mulheres, pois os exames eram restritos aos homens:

De qualquer forma, as mulheres achavam-se excluídas da possibilidade de acesso aos cursos superiores, mesmo que se preparassem adequadamente em escolas particulares ou com preceptores. Isso porque para tal não se exigiam diplomas, mas era necessário fazer os exames preparatórios aplicados pelo Colégio D. Pedro II, destinados exclusivamente ao público masculino (ARANHA, 2006, p. 230).

Outro ponto a ser considerado é o fato de que as mulheres, em média, tinham um maior número de gestações durante o seu período reprodutivo, o que ocasionava também, em consequência disso, a situação concreta de manterem-se “presas” aos trabalhos com a criação dos filhos e aos afazeres domésticos. Conforme observou Alves (1994 apud BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 131): “Nesse arranjo, as mulheres tiveram menor acesso à escola do que os homens, pois além de a oferta de vagas ser pequena, a cultura sexista e patriarcal designava aos homens o papel de provedores, cabendo-lhes as melhores oportunidades educacionais e de trabalho remunerado”.

Esse conjunto de fatores sociais, econômicos e culturais contribuiu para manter a mulher em uma condição de inferioridade na sociedade brasileira. Bezerra (2010, p. 5) constatou que elas “foram por muito tempo tidas como biologicamente inferiores, como menos inteligentes do que os homens. Essa diminuição da mulher em relação ao homem contribuiu para o difícil acesso das mulheres ao ensino superior”.

Em relação à entrada das mulheres no ensino superior, os Estados Unidos foi o primeiro país a criar esta possibilidade. Segundo Bezerra (2010, p. 3), pode-se constatar que a “entrada das mulheres na universidade aconteceu primeiramente nos Estados Unidos no ano de 1837, com a criação de universidades exclusivas para as mulheres. É no estado de Ohio que surge a primeira universidade feminina o *women’s college*”. No caso do Brasil, o início do acesso ao ensino superior feminino deu-se somente no final do século XIX.

Beltrão e Alves (2009, p. 128) mencionam que o “decreto imperial que facultou à mulher a matrícula em curso superior data de 1881. Todavia, era difícil vencer a barreira anterior, pois os estudos secundários eram essencialmente masculinos, além de caros e os cursos normais não habilitavam as mulheres para as faculdades”. Aranha (2006, p. 230) indicou que “a primeira mulher a se matricular na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi Dona Ambrozina de Magalhães, em 1881”. Já para Bezerra (2010, p. 4), a “primeira mulher a ingressar na universidade no Brasil, foi no estado da Bahia no ano de 1887, formando-se pela faculdade de medicina”. Para Beltrão e Alves (2009), foi somente em 1887 que Rita Lobato Velho Lopes tornou-se a primeira mulher a obter o título de médica no Brasil. Apesar da divergência nas informações, todas confirmam que o acesso da mulher ao ensino superior só ocorreu nos anos de 1880 no Brasil.

A instituição da República, concomitante ao fim do trabalho escravo, foram alguns dos principais acontecimentos do final do século XIX que afetaram as condições educacionais no

país. A Constituição da República de 1891 determinou a descentralização do ensino, sendo que a União ficou responsável pela criação e o controle de instituições de ensino secundário e superior. A cargo do Estado ficaram a criação de escolas, o monitoramento e controle do ensino primário, “assim como do ensino profissional de nível médio que compreendia as escolas normais para as moças e as escolas técnicas para os rapazes. Nessa época, houve uma expansão quantitativa do sistema educacional, mas pouca mudança qualitativa” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128-129).

As novas exigências da crescente industrialização no país influenciaram na expansão do ensino. “Porém, como a expansão do capitalismo não se fez de forma homogênea em todo o território nacional, a maior expansão da demanda escolar ocorreu nas regiões onde as relações capitalistas estavam mais avançadas” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130).

Nos grandes centros urbanos, a taxa de matrículas foi aumentando no ensino secundário e superior, inserindo-se o público feminino brasileiro no início do século XX. Apesar dessa abertura no campo educacional, vale lembrar que, mesmo com o desenvolvimento do capitalismo, no qual as mulheres foram levadas do mundo privado para o público, colocadas para o trabalho nas fábricas, não houve a superação de sua posição de inferioridade, tanto social quanto profissional e econômica:

A ideologia, largamente difundida em nossa sociedade e internalizada pelas próprias mulheres, de que os rendimentos do trabalho seriam apenas ‘complementares’ ao orçamento doméstico, contribui para ‘justificar’ que a mulher receba menos do que o homem, mesmo quando realiza tarefas semelhantes (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982, p. 17).

A relação dessa ideologia com o avanço das relações de produção capitalistas ajuda-nos a entender os seus fundamentos básicos. Com a revolução industrial iniciada na Europa, no final do séc. XVIII, houve o ingresso das mulheres e das crianças no trabalho fabril. Tal prática assegurou a ampliação da acumulação capitalista, promovendo maior exploração da família do trabalhador e assegurando a extração da mais-valia relativa. “Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim, desvaloriza a força de trabalho do adulto” (MARX, 1989, p. 450).

Historicamente a criança foi poupada do trabalho fabril, por intermédio das leis trabalhistas que determinaram o limite de idade permitido, a fim de não extinguir a futura força de trabalho necessária. Já a mulher foi definitivamente incorporada ao mundo fabril, embora

em condições inferiores e precárias, fundamentais para assegurar a extração da mais-valia. Suas distintas formas de ocupação posteriores trazem a marca dessa lógica própria da relação do capital.

Ao verificar sua condição profissional, constata-se que a maioria encontra-se atualmente em áreas profissionais de baixa remuneração, como as da saúde e da educação, por exemplo. Almeida (1998, p. 63) fornece elementos para o entendimento dessa questão no interior das relações atuais, ao destacar sua relação com o capital: “Quando qualquer profissão está direcionada para o atendimento da população de baixa renda, o sistema capitalista consegue levá-la a perder sua qualificação profissional e seu poder aquisitivo”.

Outro acontecimento importante e que deve ser considerado na história brasileira no início do séc. XX é a condição da participação política da mulher. Estas só obtiveram o direito ao voto em 24 de fevereiro de 1932, através do Decreto Lei do Presidente Getúlio Vargas. Como resultado desta conquista, a alfabetização feminina foi crescendo ainda mais. Nesse momento, de acordo com Beltrão e Alves (2009, p. 133), os “políticos tinham interesse na alfabetização geral da população, em especial das mulheres, pois somente as pessoas alfabetizadas podiam votar”.

No período do chamado “Pacto Populista”, de 1945 à 1964, surgiram grupos de pressão popular que pediam a democratização do ensino. Todavia, é importante destacar, que foi somente na LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, Lei nº 4.024/61, que “foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério de disputar os vestibulares” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130).

Pode-se dizer, portanto, que foi só a partir da década de 1960 que as mulheres tiveram maiores chances de ingressar no ensino superior. Essa também foi a conclusão obtida por Souza e Sardenberg (2013, p. 4): “No Brasil, o início da luta por esse direito data do século dezenove, mas será somente a partir dos anos 1960 que as mulheres brasileiras começaram a ter presença, de fato, no ensino superior”.

Em 1985, a expansão do ensino no Brasil continuou com a instalação da chamada “Nova República” e adquiriu contornos distintos. No ensino superior, segundo Beltrão e Alves (2009, p. 130-131), “registrou-se um grande crescimento das universidades privadas, que ultrapassaram em muito o número de estudantes matriculados na universidade pública. A expansão geral das vagas no ensino brasileiro favoreceu especialmente o sexo feminino”.



Desde então, as mulheres vem sendo a maioria em todos os níveis de ensino no país, principalmente o superior. Um dos maiores desafios das mulheres atualmente, porém, é o de poder adentrar em cursos que ainda continuam sendo predominantemente masculinos e de conseguir permanecer na universidade. Suas condições de acesso e permanência foram analisadas a seguir, a partir da apresentação de um estudo de caso.

## **2. O perfil dos estudantes da UNESPAR – *Campus* de Paranavaí e a condição feminina**

Com o intuito de identificar as condições de acesso e permanência da mulher no ensino superior optou-se por um estudo de dados obtidos em uma universidade localizada no noroeste do Paraná, a Unespar. Esta instituição pública é *multicampi* e foi credenciada como universidade apenas em 2013, reunindo sete Faculdades Isoladas, algumas existentes há mais de cinquenta anos, localizadas em seis regiões paranaenses distintas, de ampla abrangência regional. Oferta atualmente sessenta e sete Cursos de Graduação, sendo que destes vinte e nove são de bacharelado, trinta e sete são licenciaturas e um é bacharelado e licenciatura, atendendo cerca de doze mil estudantes.

Na delimitação da pesquisa examinaram-se os dados referentes ao *Campus* de Paranavaí, que oferta onze Cursos de Graduação, sendo quatro bacharelados e sete licenciaturas. Por intermédio da Diretoria de Registros Acadêmicos da Unespar foi possível consultar o “Perfil do Ingressante 2016” (MARCOTTI, 2016) deste *Campus*, resultante de 32 (trinta e duas questões) respondidas por 720 (setecentos e vinte) estudantes, que coletaram informações sociais, econômicas e educacionais.

Após estudo e seleção dos dados, constatou-se que do total de ingressantes de todos os cursos, 62,92 % são do sexo feminino e 37,08% do sexo masculino. Já no caso específico das licenciaturas, dos 349 estudantes matriculados em 2016, 61,89% são mulheres e 38,11% homens. Nos bacharelados, por sua vez, dos 371 estudantes ingressantes, 63,88% são do sexo feminino e apenas 36,12% do masculino.

Estes dados iniciais demonstram clara predominância das mulheres nos cursos superiores da Unespar de Paranavaí, além de revelarem que houve uma maior porcentagem delas nos bacharelados do que nas licenciaturas. Para entender este dado em sua relação com os estudos acima expostos, aprofundou-se a análise para verificar as características que marcaram a escolha profissional feminina nos cursos ofertados.

De acordo com alguns autores consultados, embora a presença da mulher no ensino superior tenha aumentado nas últimas décadas no Brasil, ainda permanece uma discriminação. Esta não se caracteriza mais pelo impedimento do acesso ao ensino superior. O que vem ocorrendo no próprio interior do sistema de ensino é que a discriminação passou a ocorrer no processo de escolha das carreiras, levando a formação de “guetos” profissionais.

Segundo Ávila e Portes (2009, p. 93): “Essa ‘guetização’ refere-se às possíveis escolhas, feitas pelas mulheres, por carreiras consideradas ‘tipicamente femininas’”. A explicação para tal processo pode ser obtida mediante a análise das próprias condições de expansão do acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho pelas mulheres:

as preferências quanto à escolha dos cursos foram se construindo ao longo do processo de escolarização dos sujeitos femininos e masculinos, dando origem a áreas demarcadas como mais ‘femininas’, como a área das ciências humanas e a maior parte dos cursos da saúde, ou mais ‘masculinas’, como aqueles da área das ciências exatas e carreiras tecnológicas (ÁVILA; PORTES, 2009, p. 95).

Os cursos de licenciatura da Unespar confirmam esta conclusão, pois na maioria deles é possível verificar a predominância feminina. Os mais escolhidos pelas mulheres foram: Pedagogia, em que elas representaram 93,51% dos ingressantes; Letras, com 69,57%; Ciências Biológicas, com 68,75%; História, com 58,14% e Educação Física, com 55,36%. Percebe-se que há uma escolha maior pelos cursos considerados ao longo do tempo como tipicamente femininos, o que corrobora as teses acima apresentadas. Já no caso dos Cursos de Matemática e de Geografia há uma evidente predominância masculina, perfazendo um total de 73,68% de homens matriculados no primeiro e de 68,29% no segundo.

Analisando também os cursos de bacharelado pode-se constatar que os cursos mais escolhidos pelas mulheres são: Serviço Social, com 87,8% e Enfermagem, com 80,65% de ingressantes do sexo feminino. Já o curso de Administração é 65,03% composto pelo público masculino e 34,97% feminino, enquanto que Ciências Contábeis tem 53,6% de estudantes do sexo masculino e 46,4% do sexo feminino. Permanece também aí a opção pelos cursos historicamente tidos como femininos.

A pesquisa também forneceu dados sobre a motivação para a escolha dos cursos dos 720 estudantes ingressantes nos bacharelados e nas licenciaturas deste *Campus*. A análise a seguir apresentada recaiu sobre o perfil dos estudantes em geral, sem diferenciação de sexo. O maior motivo para a escolha do curso, segundo 448 deles, foi o interesse pessoal pela profissão correspondente, enquanto que 52 optaram por outros motivos. Para 110 deles a decisão se

pautou na análise das melhores possibilidades para o mercado de trabalho, enquanto que para 53 deles foram as possibilidades de poder contribuir com a sociedade. Segundo 34 estudantes, pesou a possibilidade de conciliar o curso com o trabalho. Para 12 deles a influência da família foi determinante, para 7 a decisão resultou de conversas com os colegas e 4 responderam que a escolha foi motivada por resultado de testes vocacionais.

A respeito da expectativa que tinham com o curso, 576 estudantes responderam ser em relação à formação acadêmica profissional para o trabalho, 52 esperam adquirir conhecimentos para maior compreensão, 47 apostam na formação para a atividade pedagógica, 23 esperam se preparar para a pesquisa, 11 tem interesse no diploma do curso superior e 11 esperam adquirir maior cultura geral. Verifica-se que as opções acima, em ambos os casos, estão relacionadas em sua maioria com o atendimento das demandas de formação profissional para o trabalho.

Em relação à escolha do curso e da carreira, as pesquisas realizadas indicam que estatisticamente as mulheres deram provas de que possuem condições escolares suficientes, o que as torna capazes de competir em condições de igualdade com os homens, em qualquer curso ou carreira que escolherem. Ávila e Portes (2009, p. 100) chegaram à conclusão de que “a escolha por determinadas carreiras, pelo menos para alguns grupos de mulheres (as com maior capital escolar), passa mais pelo viés do desejo do que da falsa consciência ou da discriminação de gênero”.

Mesmo assim, a maioria das mulheres escolhe o curso ou a carreira diferente da desejada, de acordo com as pesquisas realizadas. Para Ávila e Portes (2009, p. 100) a causa disso “seria mais as condições materiais de existência, consorciadas com o baixo capital escolar para concorrer a determinados cursos, do que a falta de ‘vocação’ para essa ou aquela carreira universitária”. Sendo assim, não estariam elas optando por uma carreira que não é a desejada por estarem sendo induzidas por uma falsa consciência, mas sim por escolha própria, em consequência de sua realidade material.

A análise das condições socioeconômicas dos mesmos é, por conseguinte, um fator importante para delimitar o perfil desses estudantes e entender suas escolhas. Verificou-se que 340 estudantes tem idade entre 16 a 18 anos, 181 entre 19 a 21 e 115 de 22 a 25 anos, sendo o restante acima dessa idade. 90,6% são solteiros, 86,1% nasceram no Estado do Paraná e 89,46% não possuem filhos. Tais dados caracterizam um perfil jovem dentre os estudantes da Unespar de Paranavaí, cujo acesso ao ensino superior constitui um elemento importante para assegurar o seu futuro profissional e pessoal.

A grande maioria dos estudantes concluiu o ensino fundamental (83,17%) e médio (78,88%) em escolas públicas, no período diurno, além de ter terminado o ensino médio em 2015. Foi verificado também que 98,61% dos estudantes concluíram o ensino fundamental em curso regular e apenas 1,39% em curso supletivo. O ensino médio, em 95,56% dos casos, foi feito em curso regular e só 4,44% o fizeram em curso supletivo.

Nas respostas, 71,98% dos estudantes informaram não ter iniciado nenhum curso superior anterior, mas 7,91% já tinham curso superior e 20,11% já havia iniciado algum curso superior, mas não concluiu. Este se constitui em um dado relevante para a discussão da evasão no ensino superior, pois um número significativo de estudantes abandonou um determinado curso, mas não a universidade. Estudos mais específicos para analisar tal questão necessitam ser feitos, o que demanda novas pesquisas.

Quanto à preparação dos estudantes da Unespar de Paranavaí, a maioria deles prestou vestibular uma ou duas vezes, além do ENEM, e não frequentou nenhum cursinho pré-vestibular. Em relação ao ingresso na universidade, 47,57% foi pelo SISU e 52,43% por intermédio do Vestibular da instituição. No que se refere à cor, 56,87% dos estudantes declarou ser de cor branca, 35,92% parda, 4,71% preta e 2,5% amarela. Sobre a moradia, 72,26% moram em casa própria e 27,74% declararam não possuir casa própria.

A renda familiar também é outro aspecto importante a ser analisado. Dos 720 estudantes, 9,02% responderam que a renda é de 865,50 reais (até um salário mínimo), 40,5% tem uma renda de 865,51 a 1731,00 reais (de um a dois salários mínimos) e 39,53% de 1.731,01 a 3.462,00 reais (de dois a quatro salários mínimos). Apenas 10,95% declararam possuir renda familiar acima de quatro salários mínimos. Para a maioria, mais de duas pessoas contribuem na renda familiar e no mínimo quatro pessoas são sustentadas na família. Dos estudantes ingressantes, 61,44% declarou não contribuir na renda familiar, enquanto que 38,56% contribuem.

Tais dados indicam um alto índice de desemprego entre os jovens ingressantes, o que acaba por afetar suas condições de permanência na universidade. O que se verifica na prática é a alta procura por bolsas estudantis e programas de estágios remunerados, que assegurem alguma renda aos mesmos, para sua sobrevivência e/ou para complementar a renda familiar. Outra questão a ser considerada na análise da permanência estudantil são suas condições para acompanhar os estudos superiores.

Para Gisi (2006, p. 12), a “permanência na educação superior pressupõe condições preexistentes, em especial, capital cultural que é adquirido ao longo da trajetória de vida e escolar e que não se adquire de um momento para outro”. Considera-se que este é um dos fatores importantes e que contribui para o acesso e permanência dos alunos nos cursos de licenciaturas nas universidades públicas no país, mas não o mais expressivo.

A partir do exame das condições históricas de acesso da mulher ao ensino superior e da análise do perfil dos estudantes da Unespar de Paranavaí, preconiza-se que diversos fatores contribuem nesse processo. Estes afetam não somente as mulheres, mas todos os estudantes que pretendem ingressar na universidade, por isso é preciso levar em conta vários elementos na análise do acesso e da permanência dos estudantes no ensino superior, dentre eles os econômicos, culturais, de gênero, etnia, entre outros.

A fim de detectar as possíveis condições de permanência na Unespar de Paranavaí, realizou-se ainda um levantamento inicial em relação ao número de estudantes “desistentes”, a partir de dados “provisórios” obtidos pelo sistema de gerenciamento de matrículas desta instituição, o Siges. Foram considerados desistentes os estudantes matriculados em 2016 e que não renovaram a matrícula no ano de 2017, na Unespar de Paranavaí. Segundo Marcotti (2017), a desistência pode ter ocorrido por motivo de trancamento ou cancelamento de matrícula, devido à reprovação por nota ou frequência, por falecimento, por transferência para outro curso ou instituição, dentre outros.

Na Unespar, no *Campus* de Paranavaí, foram identificadas 285 desistências em 2016, sendo que 56,49% destes estudantes eram do sexo feminino. No caso dos bacharelados, foram 143 desistentes, sendo 85 (59,44%) deles mulheres. Nas licenciaturas, por sua vez, foram 142 desistentes, sendo 76 (53,52%) mulheres. A análise destes dados provisórios indica um alto índice de desistência nesta universidade, em ambos os sexos, embora possivelmente haja uma diminuição destes índices em função das atualizações nas matrículas do início do ano letivo de 2017. Historicamente, no entanto, os índices de evasão no ensino superior brasileiro como um todo tem sido significativos.

A opção pela apresentação destes dados, mesmo que provisórios, deveu-se à possibilidade de acenar desta forma para uma possível e urgente discussão sobre as reais condições de permanência de nossos estudantes no âmbito do ensino superior, tanto no caso das mulheres quanto dos homens. Tal desafio deve ser enfrentado em meio a um discurso

generalizado pelas políticas públicas em vigor, que propaga a democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro, mas desconsidera os fatores de sua permanência.

### **Considerações Finais**

A partir do que foi exposto pode-se afirmar que a mulher, ao longo da história brasileira, demorou a ter acesso à educação escolarizada, principalmente no que se refere ao ensino superior. No século XIX, quando as primeiras faculdades foram construídas no país, mesmo que algumas delas permitissem a entrada de mulheres, ainda havia um forte receio pela sua emancipação ou pelo que sua exposição pública poderia provocar. Isto demonstrava também a persistência de relações pautadas no sistema patriarcal. Foi somente no século XX, mais precisamente nos anos de 1960, que as mulheres começaram a ter presença, de fato, no ensino superior no Brasil.

No caso da pesquisa realizada na Unespar, *Campus* de Paranavaí, constatou-se que as mulheres são maioria no ensino superior atualmente, embora os cursos com maior predominância delas sejam de fato aqueles considerados como tipicamente femininos. Os estudos teóricos gerais realizados revelaram também que o grau de escolaridade atual das mulheres é maior que o dos homens, embora isto não tenha possibilitado que elas tenham igualdade salarial, mesmo que realizem as mesmas funções que os homens.

Outro ponto a ser considerado é que a maioria das mulheres encontra-se atualmente em postos de trabalho com baixa remuneração, como os de serviços, nas áreas da saúde e da educação. O que se constata em âmbito geral, nas relações de trabalho que predominam na sociabilidade do capital, é que o trabalho desempenhado pela mulher ainda é considerado inferior. Esse fato também se associa às desigualdades de gênero socialmente construídas.

Quanto à escolha do curso ou da carreira pela mulher, muitas vezes a opção é diferente da desejada, por falta de condições econômicas, ou seja, em consequência de sua realidade material, e também pela baixa condição escolar que possuem, e não necessariamente por vocação ou devido a uma suposta falsa consciência sobre sua posição profissional diante da sociedade. Estes fatores, na verdade, contribuem muito para o acesso e permanência não somente das mulheres, mas também de qualquer ingressante no nível superior.

É possível inferir pelos estudos realizados e pela análise dos dados empíricos obtidos que a discussão sobre as condições de permanência dos estudantes na universidade é urgente e necessária. Isto se deve às alterações no perfil dos mesmos, o que se observa nos últimos anos,

tanto no que se refere à presença feminina quanto no que diz respeito à inserção de parcela significativa das classes trabalhadoras, oriundas das escolas públicas.

Preconiza-se que a definição de políticas de assistência estudantil no interior das universidades é um desafio a ser enfrentado no contexto atual, levando-se em conta o perfil dos estudantes e a necessidade de assegurar a democratização do acesso ao conhecimento e do direito à permanência neste nível de ensino. O enfrentamento das lutas pela igualdade feminina pressupõe a concomitante superação das desigualdades econômicas e sociais que perduram na sociabilidade do capital.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ARAGÃO, Milena; KREUTZ, Lúcio. Do ambiente doméstico às salas de aula: novos espaços, velhas representações. **Conjectura**, Caxias do Sul, v.15, n.3, p. 106-120, dez. 2010. Disponível em: <[www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/download/.../400](http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/download/.../400)>. Acesso em: 10 out. 2015.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, ano II, n. 2, p. 91-106, Jun. 2009.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/277>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

BEZERRA, Nathalia. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. Conferência Internacional sobre os Sete Saberes, 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UECE, 2010. p. 1-8. Disponível em: <<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/420-07082010-184618.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL. Portal. **Mulheres são maioria em universidades e cursos de qualificação**, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/03/mulheres-sao-maioria-em-universidades-e-cursos-de-qualificacao>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BRUSCHINI, Maria Cristina A; ROSEMBERG, Fúlvia. **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

COMTE, Augusto. **Catecismo Positivista**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores)

GISI, Maria Lourdes. A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista diálogo educacional**. Curitiba, v.6, n.17, p. 97-112, Jan/abr. 2006.

Disponível em:

<[https://scholar.google.com.br/scholar?q=a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior+no+brasil+e+o+carater+de+desigualdade&btnG=&hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5](https://scholar.google.com.br/scholar?q=a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior+no+brasil+e+o+carater+de+desigualdade&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5)> Acesso em: 17 Jan. 2017.

MARCOTI, Ângelo Ricardo. Diretoria de Registros Acadêmicos. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação Universidade Estadual do Paraná. **Perfil do ingressante**: 2016. Campo Mourão: Unespar, 2016.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Registros Acadêmicos. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação Universidade Estadual do Paraná. **Relatório de estudantes desistentes**: 2016. Campo Mourão: Unespar, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Vols. I e II.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.79-94.

SILVA, Erineusa Maria da. **As relações de gênero no magistério**: a imagem da feminização. Vitória: Edufes, 2002.

SOUZA, Regis Glauciane Santos de; SARDENBERG, Cecília Maria B. Visibilizando a mulher no espaço público: a presença das mulheres nas universidades. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-13.

Disponível em:

<[http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381429366\\_ARQUIVO\\_RegisGlaucianeSantosdeSouza.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381429366_ARQUIVO_RegisGlaucianeSantosdeSouza.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2017.